



Evento: XXX Jornada de Pesquisa ▾

A (DES)CONSTRUÇÃO DOS ENQUADRAMENTOS DE GÊNERO NAS INFÂNCIAS: O QUE PODE A ESCOLA?¹

Alice de Paula Ghisleni², Joice Andressa Fritz Drefs³, Eloísa de Souza Borkenhagen Bohrer⁴, Maria Simone Vione Schwengber⁵, Maria Regina Johann⁶

¹ Trabalho desenvolvido na disciplina Educação Popular e a Infância no Brasil: Interfaces com Temas Contemporâneos II no primeiro semestre de 2025/Unijui

² Estudante do curso de Mestrado do PPGECC Unijui

³ Estudante do curso de Doutorado do PPGECC Unijui

⁴ Coordenadora e professora do curso de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física da Unijui

⁵ Professora do PPGECC Unijui

⁶ Professora do PPGECC Unijui

PALAVRAS INICIAIS

Desde a vida intrauterina de um bebê são criadas expectativas, e uma delas é sobre o sexo da criança, essa descoberta se transformou em um acontecimento social. Um exemplo disso são os chamados Chás de Revelação - momento em que se revela aos pais e familiares qual será o sexo da criança, onde a cor rosa e azul são as referências para o sexo feminino e masculino, respectivamente.

O cenário descrito revela o quanto as percepções de sexo e gênero são facilmente confundidas ou até mesmo, postas como sinônimos, fazendo com que o sexo biológico, designado pela anatomia genital humana, defina, a priori, o gênero (Lima et. al., 2022). Porém, entendemos que gênero não é sexo (uma condição natural), mas é o resultado de atos performativos que seguem normas e expectativas sociais (Butler, 2023). Dessa forma, nos baseamos em Butler (2023) e Scott (1995) ao conceituar gênero como social e culturalmente construído, rejeitando, assim, determinismo biológicos implícitos que são pautados unicamente no sexo e na diferença sexual.

As crianças, inicialmente sem práticas sexistas, aprendem ao longo do tempo a oposição e a hierarquia de gênero, reforçadas pelos adultos que projetam comportamentos distintos para meninos e meninas (Finco, 2003; Ferrari e Meireles, 2021). Assim, meninas são associadas ao cuidado e à feminilidade em espaços privados, enquanto meninos são incentivados à liderança e à ação em espaços públicos. Como aponta Butler (2023), essas normas, ao se repetirem, moldam os sujeitos e seus modos de reconhecimento.



Nesse sentido, a escola participa desse processo de ensinar sobre gênero, pois as/os professoras/es, em alguma medida, aprenderam sobre o assunto, tendo em vista que as relações de gênero organizam, e se organizam, na sociedade (Ferrari e Meireles, 2021). Assim, nos questionamos de que maneira a escola pode influenciar na (des)construção dos enquadramentos de gênero na infância? A partir de dois relatos de caso, objetivamos analisar de que forma a escola pode influenciar na (des)construção dos enquadramentos de gênero na infância.

METODOLOGIA

O presente trabalho é de cunho qualitativo e utiliza o relato de dois casos para problematizar e refletir sobre a temática da (des)construção de gênero na escola. A análise fundamenta-se teoricamente nos estudos de gênero e feministas, especialmente nas contribuições de Scott (1995), Butler (2023) e Ferrari e Meireles (2021). Os relatos foram coletados em duas escolas e em experiências educacionais distintas. As duas escolas estão localizadas em uma cidade do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, uma pertence a Rede Municipal de Ensino do Município e atende em média oitenta crianças, em turmas mistas, no contraturno das aulas regulares, a outra é vinculada a uma universidade e trata-se de uma escola particular¹.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ENQUADRAMENTOS DE GÊNERO NA INFÂNCIA: UMA ANÁLISE DA FESTA JUNINA E DOS CANTINHOS TEMÁTICOS

Durante os preparativos de uma pescaria² de festa junina, a forma como os brindes e brinquedos foram organizados chamou a atenção: eles foram separados por gênero, com categorias específicas para meninas (esmalte, presilhas de cabelo, glitter e objetos com características ditas femininas - laços, coração -) e meninos (bola, calculadora, bloco de notas, carrinhos e livros). Essa abordagem gerou reflexões sobre a divisão de brinquedos com base no gênero e o impacto desse tipo de categorização na percepção das crianças sobre identidade e papéis sociais. Alguns outros objetos estavam distribuídos de forma igual entre os gêneros (

¹ O nome das escolas será preservado para manter sigilo.

² Consiste na distribuição de prêmios, através de um jogo simbólico, onde os participantes utilizam varas de pescar para capturar peixes de brinquedo. Essa brincadeira pertence às atividades da festa junina da escola.



canetas, chaveiros, cofres, bonés e objetos de papelaria), mas separados por cor (rosa para meninas e azul para meninos).

O segundo relato envolve uma situação relacionada às brincadeiras das crianças nos cantinhos temáticos. Esses cantinhos são organizados dentro da sala de aula, ou da escola, oferecendo às crianças a oportunidade de fazer escolhas sobre qual temática desejam explorar. Assim, a professora de uma turma de educação infantil construiu dois cantinhos temáticos dentro da sala de aula: um inspirado no universo dos piratas e o outro inspirado no ambiente de uma cozinha e de um salão de beleza. Um menino da turma preferia brincar no cantinho da cozinha e do salão, o que levou a professora, em conversa com a mãe, a sugerir que ele poderia ser gay por se interessar mais por “coisas de menina” do que de “menino”.

Os casos apresentados evidenciam como a escola pode reforçar, em vez de problematizar, os enquadramentos de gênero. Felipe (2019) aponta que, nos espaços escolares, preconceitos e comportamentos discriminatórios são muitas vezes ensinados e naturalizados, já que docentes tendem a evitar o debate sobre o tema e tem dificuldade em lidar com comportamentos considerados fora das normas de gênero. Paraíso (2016) observa que a escola “ensina” gênero ao regular e normalizar os corpos, definindo o que é masculino e feminino. Assim, corpos que não se enquadram nessas normas acabam vistos como inadequados ou a margem (Butler, 2023).

O relato também evidencia um embaralhamento entre gênero e sexualidade (Ferrari e Meireles, 2021). O “problema” surge quando o menino se aproxima do que é supostamente próprio de menina, e nessa aproximação o receio que se instaura é o resultado desse embaralhamento, visto que para ser homem há a necessidade de ser heterossexual (Ferrari e Meireles, 2021). A heterossexualidade, nesse caso, confirma o gênero e, por outro lado, a homossexualidade expulsa o menino do gênero masculino, assim, quando a criança se distancia desse enquadramento de gênero, estabelece-se um outro enquadramento pela sexualidade, de maneira que o menino se transforma no gay (Ferrari e Meireles, 2021).

No caso da festa junina, a ação realizada pelas organizadoras de separar os brinquedos/brindes da pescaria por gênero está ancorada em um conhecimento, é a forma como as professoras conhecem e sabem sobre os gêneros (Ferrari e Meireles, 2021). Porém, corre-se um risco de reproduzir esse conhecimento sem problematizá-lo, quando separa-se objetos por gênero, principalmente quando uma instituição escolar faz isso, ela está dizendo



quais objetos são (ou não) apropriados para meninos e meninas, e as desigualdades entre homens e mulheres continuam sendo perpetuadas (Ferrari e Meireles, 2021).

Assim, nos associamos com Felipe (2019) quando aponta que é preciso investir na formação inicial e continuada de professores, para que não reproduzam situações desiguais. Também destacamos que temáticas de gênero são importantes para serem discutidas no ambiente escolar, pois, cabe à escola refletir sobre cenários como esses, mostrando que muitas vezes na sociedade, diferenças como as relacionadas ao gênero, podem acabar se transformando em desigualdades (Ferrari e Meireles, 2021; Felipe, 2019). Esse debate possui respaldo legal para estar presente durante todo o Ensino Básico. Diversas são as políticas nacionais educacionais³ que reconhecem a obrigação, por parte das escolas, de coibir as discriminações por gênero, por orientação sexual, bullying e as discriminações em geral de cunho machista e homotransfóbicas (Serpa, 2025).

Compreendemos que na atualidade (2025) está temática é controversa, pois com o crescente conservadorismo mundial há na mesma proporção uma demonização do conceito de gênero (Butler, 2024). Assim, muitas/os professoras/es escolhem não entrar nessa pauta por medo de retaliação e perseguição por parte de pais/responsáveis, ou até mesmo da coordenação da escola. Por isso, reforçamos a importância de entender como a legislação nos assegura e nos fortalece para discutir gênero com as crianças. Há diversas leis no Brasil que alicerçam o debate para a igualdade de gênero e é preciso avançarmos para além da previsão legal, é preciso garantir que essas leis sejam postas em prática (Serpa, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise dos dois casos, destacamos que a escola pode influenciar de diferentes formas para a (des)construção dos enquadramentos de gênero na infância. A discussão mobilizada com diferentes autores aponta na direção de que o trabalho sobre as relações de gênero e sexualidade na escola deve passar pelo trabalho de constituição de professoras e professores. Por sermos uma sociedade do enquadramento, o enquadramento de gênero é um dos primeiros que realizamos. A escola sendo parte dessa sociedade também produz esses enquadramentos. Por isso, para romper com essa reprodução as/os professoras/es precisam ter recursos formativos e didáticos.

³ Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), Lei de Diretrizes e Bases (LDB).



Em função disso, indicamos o trabalho de Serpa (2025) como um importante e atual recurso didático, que pode vir a ser mobilizado por professoras e professores em sala de aula para tratar da temática. Também apontamos para a importância em conhecer e se apropriar da legislação que respalda legalmente o trabalho com a temática de gênero na escola como um recurso de empoderamento para tratar do assunto.

Palavras-chave: Escola. Infâncias. Enquadramentos de gênero. Educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** Trad. Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2024.

FELIPE, Jane. **Scripts de gênero, sexualidade e infâncias: temas para a formação docente**. In: ALBUQUERQUE, Simone Santos; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellinho (Orgs.). Para Pensar a Docência na Educação Infantil. Porto Alegre: Evanfrag, p. 238–250, 2019.

FERRARI, Anderson; MEIRELES, Gabriela Silveira. Alguns motivos para ensinar gênero e sexualidade às crianças desde a educação infantil. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 66, p. 338–352, 2021.

FINCO, Daniela. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Pro-Posições**, v. 14, n. 3 (42), set./dez., 2003.

LIMA, Risonalva Bento de; GOMES FILHO, Antoniel dos Santos; SILVA, Lielton Maia; ARAÚJO, Meury Gardênia Lima de; LAVOR FILHO, Tadeu Lucas de. Desenvolvimento maturacional de gênero na infância: uma sistematização teórica dos manuais internacionais de desenvolvimento humano. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 6, e58811628849, 2022.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo e relações de gênero: entre o que se ensina e o que se pode aprender. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 206-237, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, jul./dez., p. 71-99, 1995.

SERPA, Thamara. **Vamos falar sobre gênero na educação infantil? [livro eletrônico]: um e-book interativo para explorar o tema com conhecimento e confiança**. Brasília, DF : Ed. das Autoras, 2025.